

Sumário

1. Introdução	1
Parte I – A Constituição e os Direitos Sociais	
2. O direito social na Constituição	15
3. Políticas públicas de direitos sociais	23
4. O controle das políticas públicas por meio do nominado princípio de proibição do retrocesso social. Aproximação teórica e prática jurisprudencial.....	33
4.1 A doutrina portuguesa e brasileira.....	34
Conteúdo essencial ou mínimo dos direitos sociais – uma nota	46
4.2 A aplicação do princípio da proibição do retrocesso social na jurisprudência portuguesa e brasileira	51
5. A posição jurídica da norma de direito social	61
5.1 A posição jurídica do Estado frente aos indivíduos – deveres de respeito, proteção e promoção	61
5.2 A posição jurídica dos indivíduos frente ao Estado – pretensões jurídicas ou direito subjetivo	64
6. Objeções e limitações ao controle judicial de políticas públicas de direitos sociais	69
6.1 Indeterminabilidade e justiciabilidade	69
6.2 Princípio democrático. Mandamento e liberdade de conformação do legislador	71
6.3 A reserva do possível	78

6.4 A gradualidade da norma – a questão da progressividade ao infinito	85
6.5 O princípio da separação de poderes	88
7. O controle judicial por meio de princípios estruturantes	97
7.1 Princípio da segurança jurídica e da proteção da confiança.....	98
7.2 Princípio da proporcionalidade	104
 Parte II - O Controle de Políticas Públicas de Direitos Sociais pelo Poder Judiciário – Limites e Possibilidades	
8. Justiça constitucional e seus limites.....	111
9. A ilegitimidade do ativismo judicial.....	121
10. Potencialidades de controle judicial de Políticas Públicas de direitos sociais pelo Poder Judiciário	133
10.1 O Poder Judiciário e os direitos sociais de defesa.....	133
10.2 O Poder Judiciário e os direitos sociais a prestação	135
11. A tutela individual e coletiva dos direitos sociais	145
12. Parâmetros de controle e fiscalização das políticas públicas.....	153
12.1 Alto potencial de intervenção judicial nas políticas públicas de direitos sociais.....	155
12.2 Baixo potencial de intervenção judicial nas políticas públicas de direitos sociais.....	161
12.3 Os casos difíceis. Potencial intermédio de intervenção judicial. Um percurso a descobrir.....	174
13. O controle judicial em tempos de crise econômico-financeira	183
Conclusões	195
Referências bibliográficas	201